

## LÍNGUA GERAL DE MINA: UMA FOTOGRAFIA DA HISTÓRIA LINGUÍSTICA DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO BRASIL

*LÍNGUA GERAL DE MINA: A PICTURE OF THE LINGUISTIC HISTORY OF ENSLAVED AFRICANS IN BRAZIL*

*Wellington Santos da Silva<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este artigo aborda a história linguística dos africanos escravizados no Brasil, tomando como exemplo a Língua Geral de Mina (LGM), uma língua africana de origem Gbe documentada no Brasil no século XVIII, durante o Ciclo do Ouro. O argumento central consiste em mostrar que a variedade Gbe oriunda da Costa da Mina continuou sendo falada no contexto colonial, preservando traços morfossintáticos característicos das línguas do grupo, como adjetivos atributivos reduplicados e verbos de complementação inerente, fenômenos analisados neste trabalho. Após a exposição dos aspectos teóricos que embasam a pesquisa, explicitamos os fatores ecológicos (MUFWENE, 2001; 2008) que garantiram a vitalidade da LGM no Brasil, sendo eles a homogeneidade etnolinguística dos povos Gbe, a estrutura socioeconômica da zona mineradora e as redes sociais estabelecidas pelos africanos escravizados em Minas Gerais. A discussão é acompanhada de dados linguísticos que reforçam a inserção da LGM nas interações sociais dos africanos mina naquela região. Com isso, temos o intuito de mostrar que as línguas são ferramentas mobilizadas pelos falantes a fim de atingir seus objetivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Linguística. Ecologia Linguística. Línguas Gbe.

### ABSTRACT

This paper deals with the linguistic history of enslaved Africans in Brazil. One analyses Língua Geral de Mina (LGM), a Gbe language documented in Brazil during the mining economy (18th-century). The main argument is that even in the colonial context that Gbe variety brought from Mina Coast retained its characteristic morphosyntactic features, such as reduplicated attributive adjectives and inherent complement verbs, that were analyzed in this paper. After exposing the theoretical framework, one shows the ecological factors (MUFWENE, 2001; 2008) that contributed to the vitality of LGM in Brazil, e.g., the ethnolinguistic homogeneity of Gbe people, the socioeconomic structure of the mining area, and the social networks that were created by the enslaved Africans in Minas Gerais. One includes some linguistic data in the discussion in order to emphasize that LGM was a language used in the social interactions in that region. In this sense, one argues that languages are devices that are used by the speakers in order to achieve their objectives.

**KEYWORDS:** Linguistic History. Linguistic Ecology. Gbe languages.

## Introdução

Se fizermos um breve retrospecto histórico dos trabalhos que, de alguma maneira, se ocuparam da trajetória linguística dos africanos escravizados no Brasil, veremos que pouco foi dito a respeito das

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), santosdasilvawellington@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-8502-8429>

línguas africanas por eles trazidas<sup>2</sup>. Conforme pontua Mufwene (2001, p. 154), não obstante haja uma literatura considerável sobre a sobrevivência das culturas africanas nas Américas – por exemplo, no campo das manifestações religiosas, da culinária, da música etc. –, pouco há sobre a sobrevivência das línguas faladas por aqueles que, ao longo de séculos, foram cativos nesse vasto território. De acordo com o autor, a razão para essa lacuna epistemológica seria a carência de evidências da sobrevivência das línguas em questão, uma vez que, em sua perspectiva, os diferentes contextos coloniais americanos não teriam sido ecologias<sup>3</sup> hospitaleiras de modo a garantir a sobrevivência de vernáculos africanos, situação oposta àquela vivida pelas línguas europeias transplantadas pelos agentes coloniais.

Com efeito, ao voltarmos o olhar para a produção linguística brasileira de fins do século XIX até meados do século XX, é possível notar a ausência de discussões sobre as línguas africanas faladas no país. O que há é um considerável volume de trabalhos voltados a compreender a participação dos falantes africanos na formação do português brasileiro (doravante, PB), considerados os diferentes níveis de análise, tradição esta que perdura até os dias contemporâneos (para mais informações, cf. BONVINI, 2008). Porém, mesmo neste campo de investigação, alguns problemas têm sido levantados, como a predominância de um discurso de perda<sup>4</sup> (SANTOS DA SILVA, 2020) ou mesmo uma espécie de “subnotificação” da influência africana.

Uma exceção na tendência observada na produção brasileira do período aqui considerado é a obra *Os Africanos no Brasil*, de Raymundo Nina Rodrigues, cuja primeira publicação – a saber, uma publicação póstuma – data de 1933, embora o trabalho tenha sido elaborado entre 1890-1905. De acordo com Pires (2004[1933], p. 2), o título original da obra do médico Nina Rodrigues (morto em 1906) seria *O Problema da Raça Negra na América Portuguesa*, mas teria sido deixada inacabada, depois de quinze anos de preparação. Ainda de acordo com Pires (2004[1933], p. 3), entre os manuscritos por ele encontrados na Faculdade de Medicina da Bahia – instituição na qual Nina Rodrigues atuou como catedrático de Medicina Legal –, havia o vocabulário de cinco línguas africanas, as quais, segundo Nina Rodrigues, eram faladas em Salvador em fins do século XIX.

<sup>2</sup> Conforme aponta um dos pareceristas deste artigo, é importante ressaltar que os estudos no campo da Linguística Missionária indicam a existência de uma série de trabalhos sobre línguas africanas faladas nos territórios colonizados. Um bom exemplo dessa tradição é o trabalho de Fernandes (2015), que faz um mapeamento de um conjunto de documentos sobre línguas africanas faladas nos reinos de Congo e Angola, produzidos por missionários ligados ao padroado português desde o século XVII, obras também estudadas por Rosa (2019). Porém, no que diz respeito ao cenário brasileiro, até onde se saiba, os documentos mais antigos de que dispomos e que atestam as línguas africanas aqui faladas são a gramática *Arte da lingoa de Angola* (1697), escrita pelo jesuíta Pedro Dias, e os documentos ligados à Língua Geral de Mina, respectivamente, *Alguns apontamentos da lingoa Minna com as palavras portuguesas correspondentes* (1731) e *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741), ambos de autoria de Antônio da Costa Peixoto (cf. BONVINI, 2008). Como também observa o parecerista, tal estado de coisas deve ser atribuído ao apagamento da história linguística africana ocorrido nos séculos XIX e XX, de modo que pesquisas contemporâneas podem lograr êxito na busca de documentos ainda desconhecidos.

<sup>3</sup> O conceito de ecologia linguística será trabalhado na primeira seção do artigo.

<sup>4</sup> A noção de “discurso de perda” foi formulada por Paixão de Sousa (2010) para caracterizar a visão sobre a perda da morfologia de flexão no PB, presente em trabalhos seminais da Filologia brasileira do século XX. Santos da Silva (2020) faz uma adaptação da referida noção ao mapear a maneira como a produção linguística representativa dos séculos XIX e XX brasileira abordou os impactos do contato linguístico sobre o PB.

Logo no primeiro capítulo do livro, Nina Rodrigues elenca a Bahia como um local privilegiado para o estudo das línguas africanas, dada a existência de grupos falantes em Salvador. No entanto, ele também alerta para a urgência daquela tarefa de documentação, visto que aqueles falantes, remanescentes da história escravista, estavam em idade avançada e já próximos da morte. Em uma outra passagem, após fazer uma série de considerações acerca de uma suposta inferioridade da raça negra – segundo ele, inferioridade natural associada à desigualdade no desenvolvimento filogenético da humanidade (RODRIGUES, 2004[1933], p. 12) –, Nina Rodrigues (2004[1933], pp. 131-2) elenca três pontos de interesse para o estudo das línguas africanas faladas no Brasil: (1) o conhecimento dos povos falantes; (2) o conhecimento científico das línguas africanas; e (3) o conhecimento da influência das línguas africanas sobre o português. Em seguida, sob a justificativa de que os filólogos não se interessavam pela referida temática, o autor argumenta a favor da contribuição de estudiosos da etnografia e da história, dado que, em sua visão, a influência das línguas africanas seria a origem “de numerosos desvios populares brasileiros do genuíno português da velha metrópole” (RODRIGUES, 2004[1933], p. 135).

Não obstante uma simples leitura panorâmica da obra de Nina Rodrigues (1933) revele sua postura discriminatória em relação aos falantes africanos e uma perspectiva excepcionalista sobre as línguas africanas e sobre o contato linguístico, também é inegável que os relatos apresentados pelo estudioso baiano sugerem que os africanos escravizados no Brasil não necessariamente abandonaram suas línguas para a adoção imediata do português, mas mantiveram seu uso, ainda que em situações restritas. Em outras palavras, o trabalho de Nina Rodrigues indica que, apesar da lacuna sobre o tema observada no trabalho de muitos filólogos e linguistas representativos da primeira metade do século XX, as línguas africanas tiveram algum nível de sobrevivência no território brasileiro.

Deste modo, neste artigo, procuraremos mostrar que a investigação de outros documentos, bem como o desenvolvimento de outras perspectivas de análise têm possibilitado a ampliação dos capítulos de nossa história linguística. A fim de acompanhar essa tradição emergente, trabalharemos com o caso da Língua Geral de Mina (doravante, LGM), uma língua africana falada no Brasil ao longo do século XVIII e documentada no manuscrito *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741). Nosso objetivo será mostrar que a variedade linguística registrada na *Obra Nova* exibe traços morfossintáticos equiparáveis àqueles que são exibidos pelas línguas Gbe faladas no Golfo do Benim e, com isso, fortalecer a hipótese de que gramáticas africanas tiveram um período de vitalidade em nosso território. Para a concretização deste objetivo, nos valem da edição do documento preparada por Silveira (1945)<sup>5</sup>, a qual tem sido amplamente utilizada por outros estudiosos da língua (cf. CASTRO, 2002; YAI, 1997; BONVINI, 2008). Isso posto, após a introdução do artigo, expomos nosso referencial teórico. Em seguida, relatamos alguns aspectos fundamentais sobre a trajetória de António da Costa Peixoto – autor da *Obra Nova* –, bem como dos africanos escravizados em Minas Gerais que falavam a Língua Geral de Mina (doravante, LGM). Nessa mesma seção, apresentamos

<sup>5</sup> O manuscrito original da *Obra Nova* constitui o acervo da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

dois tópicos gramaticais característicos das línguas Gbe encontrados na LGM: os adjetivos atributivos reduplicados e os verbos de complementação inerente. Na seção seguinte, argumentamos que o Ciclo do Ouro foi uma ecologia linguística hospitaleira para a LGM. E, por fim, apresentamos nossas derradeiras considerações.

## 1. Estabelecendo as bases de nossa História Linguística

Neste trabalho, tomamos como referência o conceito de História Linguística, formulado por Negrão e Viotti (2012), texto no qual as autoras reúnem uma série de diretrizes teórico-metodológicas para a análise da participação das línguas africanas e indígenas na formação do PB<sup>6</sup>. Grosso modo, Negrão e Viotti (2012) propõem um campo de investigação da mudança linguística que se diferencie da área que elas entendem por Linguística Histórica, tradicionalmente ancorada na divisão polar entre história interna e história externa da língua, pois, segundo elas, na grande maioria dos casos, os aspectos externos são abordados de maneira atomística e esparsa, sem que sejam efetivamente integrados às explicações mais gerais sobre a mudança (NEGRÃO; VIOTTI, 2012, pp. 311-2). Para além desse problema, as autoras argumentam que tal divisão não reflete a realidade empírica dos processos de variação e mudança linguística, uma vez que a língua seria um sistema complexo, dinâmico e adaptativo integrado a outros sistemas sociais – como a história, a economia, a política etc. –, e essa relação complexa determinaria todos os caminhos tomados pela língua. Em outras palavras, o projeto de investigação assumido pelas autoras entende que, ao contrário das perspectivas esposadas por diferentes tradições de investigação linguística – como o Estruturalismo e a Gramática Gerativa, por exemplo –, a língua não poderia ser entendida como um sistema abstrato isolado, mas sim como um sistema inserido num determinado ecossistema e perpassado por diferentes interações, interações estas estabelecidas com os falantes, mas também com seu mundo natural, social, cultural etc., (VIOTTI, 2013, p. 157)<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Embora o trabalho aqui apresentado não tenha como objeto a origem do PB, entendemos que as observações de Negrão e Viotti (2012) – ancoradas sobretudo nos trabalhos de Salikoko Mufwene – oferecem um programa adequado para o estudo das várias línguas que compuseram a multifacetada história linguística brasileira, culminando no estado de coisas que vemos contemporaneamente. Dentre as referidas línguas, estavam vernáculos africanos como a LGM. Entendemos que o estudo minucioso das dinâmicas interacionais de seus falantes e das propriedades de sua gramática tem auxiliado na explicação de construções sintáticas inovadoras do PB. Vemos um exemplo disso no trabalho de Negrão e Viotti (2020), em que algumas propriedades da posição de sujeito do PB são explicadas à luz da sintaxe da periferia esquerda das línguas Gbe, subgrupo linguístico ao qual a LGM pertence (SANTOS DA SILVA, 2020). Assim, argumentamos que as conclusões a que Negrão e Viotti (2020) chegam a respeito da sintaxe do PB são subsidiadas por um trabalho histórico de base que, à luz da análise de diferentes aspectos, contextualiza a existência de uma determinada gramática Gbe no Brasil, com propriedades morfossintáticas determinadas – como aquelas relacionadas à periferia esquerda da sentença –, as quais, por hipótese, parecem ter influenciado a emergência de propriedades do PB, uma língua resultante das dinâmicas de contato linguístico no período colonial. Neste sentido, há uma relação direta entre a descrição dos aspectos sintáticos da LGM e a compreensão da emergência de propriedades do PB. Na mesma linha, vemos o trabalho de Teixeira de Sousa (2018), que atribui à influência das línguas Gbe a emergência de alguns traços da sintaxe da dupla negação no PB.

<sup>7</sup> A esse respeito, vale a pena mencionar a crítica feita por Mufwene (2008, p. 211), segundo o qual, o foco que os linguistas têm dado à tarefa de descrever as línguas como sistemas faz com que eles se esqueçam de pensá-las como ferramentas criadas e modificadas pelos seres humanos, a fim de atender às suas necessidades comunicativas.

Diante das razões apresentadas, diferentemente de outras tradições da Linguística Histórica<sup>8</sup> que fazem uma distinção frontal entre o linguístico e o extralinguístico, focalizando o primeiro polo – leia-se, o polo das mudanças gramaticais propriamente ditas –, Negrão e Viotti (2012, p. 311) propõem uma abordagem multidisciplinar que possa trazer uma interpretação mais abrangente e orgânica sobre a constituição do PB. Em termos metodológicos, entende-se que o estudo da mudança não deve partir da escolha de um fenômeno linguístico determinado, seguida da incorporação de fatores de natureza externa que possam explicá-lo, mas sim de um movimento oposto, ou seja, do questionamento prévio a respeito de como os fatores sociais, históricos, políticos, econômicos, geográficos etc., que afetam a vida dos falantes e que determinam suas ações e reações – como suas relações de trabalho, seus movimentos populacionais, suas interações sociais imediatas etc. – podem impactar os fenômenos de natureza linguística, como o nascimento, a morte, a variação, a mudança. Pensando especificamente no tema de nosso artigo, a pesquisa em torno da História Linguística consiste em levantar hipóteses sobre como a ordem socioeconômica estabelecida no período colonial concorreu para a sobrevivência ou para a morte das línguas africanas, com seus respectivos impactos na formação do PB.

O modelo de História Linguística proposto por Negrão e Viotti (2012) tem como sua fundamentação teórica básica as investigações conduzidas pelo linguista congolês Salikoko Mufwene em torno daquilo que ele chama de evolução linguística. Elas optam por esse modelo com a justificativa de que a crítica aos moldes tradicionais da Linguística Histórica deve tomar como diretriz uma nova teoria de mudança, a qual entende o contato linguístico como a força motriz de todos os eventos atinentes à evolução linguística (NEGRÃO; VIOTTI, 2012, pp. 314-5). De maneira bastante geral, pode-se dizer que o trabalho desenvolvido por Mufwene representa uma vertente das recentes aproximações estabelecidas entre a Linguística e as Ciências Biológicas. Porém, diferentemente da tradição mais proeminente no século XIX, calcada na comparação entre as línguas e os organismos vivos, Mufwene (2008) parte da concepção de que as línguas são comparáveis às espécies biológicas, que são afetadas por pressões ecológicas e passam pelas diferentes fases da evolução linguística, a saber, o nascimento, o desenvolvimento, a especiação e a morte. Conforme já dissemos anteriormente, o elemento comum a todas as fases de evolução é o contato linguístico, que ocorre entre idioletos, dialetos e línguas.

Um conceito bastante caro à teoria desenvolvida por Mufwene é a noção de ecologia linguística, conceito antigo e multifacetado no campo da Linguística de Contato. Grosso modo, dentro da perspectiva de Mufwene, a ecologia linguística corresponde ao ambiente onde se desenrolam os processos de evolução linguística, de modo que à ecologia linguística correspondem fatores de natureza social, histórica, política, cultural, linguístico-gramatical etc., que fazem com que uma língua (leia-se,

<sup>8</sup> Mesmo cientes da multiplicidade das correntes da Linguística Histórica brasileira, nesta seção, como resenhamos a perspectiva de História Linguística assumida por Negrão e Viotti (2012) – a qual serve de base teórica para nosso trabalho –, optamos por seguir as reflexões das referidas autoras, que não especificam com exatidão a qual corrente da Linguística Histórica elas fazem menção. Não obstante, tal qual pontuado pelo parecerista, é necessário ter em mente que as diferentes correntes da Linguística Histórica praticadas no Brasil podem ter posicionamentos distintos no que diz respeito à oposição linguístico x extralinguístico, fator este, como dissemos, não abordado por Negrão e Viotti (2012).

uma espécie) seja uma competidora mais apta que as outras línguas/espécies que sofrem as mesmas pressões ecológicas que ela. Conforme mencionamos anteriormente, diferentemente da Linguística Histórica tradicional, para Mufwene – e também para Negrão e Viotti (2012) – não há uma distinção polar entre fatores intra e extralinguísticos, uma vez que as pressões ecológicas são entendidas no todo e em toda a sua complexidade, tendo em vista o papel que elas exercem no nascimento, no desenvolvimento ou mesmo na morte linguística. Em outras palavras, são as condições ecológicas que favorecem ou desfavorecem a vitalidade das línguas (MUFWENE, 2001, 2008).

Para uma melhor compreensão do conceito de ecologia linguística dentro do recorte epistemológico assumido neste artigo, vale a pena fazer um breve panorama sobre a perspectiva de Mufwene acerca da origem das línguas pidgins e crioulas, uma vez que o autor argumenta que as diferenças entre elas são derivadas das diferentes relações socioeconômicas estabelecidas nas localidades geográficas onde elas emergiram, engendrando, assim, diferentes ecologias de contato linguístico. Em outras palavras, embora haja uma longa tradição no campo da Linguística de Contato que reconheça a existência de uma espécie de *continuum* pidgin-crioulo, Mufwene defende a hipótese de que não há uma relação histórica entre esses dois tipos de língua, pois elas emergem a partir de condições ecológicas distintas. Segundo destaca o autor, a emergência das línguas tradicionalmente conhecidas como pidgins se deu nas colônias de *trade*, isto é, em entrepostos comerciais da África e do Pacífico nos quais os agentes coloniais não se estabeleceram de maneira definitiva, mas apenas mantiveram trocas comerciais esporádicas e igualitárias (leia-se, sem estratificação social) com os nativos da região (MUFWENE, 2008, p. 76). Nessas circunstâncias, a exposição aos vernáculos europeus falados pelos agentes coloniais era limitado. Assim, nesse contexto de interação socioeconômica em que não havia, por parte dos diferentes grupos étnicos, a necessidade ou mesmo a oportunidade de aquisição de uma outra língua, com a consequente manutenção de diferentes línguas, o pidgin surge como uma variedade de comunicação interétnica voltada a solucionar problemas de comunicação bastante localizados. Na visão de Mufwene (2008, p. 76), isso explicaria os traços gramaticais das línguas pidgins – vocabulário reduzido, ordem de palavras livre, diversidade de estruturas morfológicas etc. –, tanto é que, à medida que as funções comunicativas de alguns pidgins aumentaram, com o consequente aumento de sua relevância para a ecologia de contato, a estrutura gramatical dessas variedades também foi modificada, fazendo com que algumas delas fossem consideradas pidgins expandidos, como tok pisin (língua falada na Papua-Nova Guiné), por exemplo.

Se os pidgins são línguas que emergiram nas antigas colônias de *trade*, na perspectiva de Mufwene (2008), os crioulos seriam línguas oriundas das antigas colônias de habitação. Diferentemente do que ocorrera nas colônias de *trade*, os agentes coloniais europeus estabeleceram uma sólida estrutura econômica, social e política nas colônias de habitação, estrutura esta fundamentada no trabalho de africanos escravizados. Em outras palavras, nas colônias de habitação, os europeus procuraram criar “novas Europas”, processo que impactou as condições de vitalidade de línguas indígenas e das demais línguas transplantadas, pois o próprio sistema colonial forçava uma espécie de unificação linguística (MUFWENE, 2008, p. 214). De acordo com Mufwene (2008), o principal motor econômico

das colônias de habitação foi o modelo de *plantation*, grosso modo, um modelo de produção agroexportador baseado na monocultura, praticado sobretudo no Novo Mundo e na região do Índico. Segundo nos explica o autor, a estrutura de *plantation* foi precedida por uma outra estrutura colonial, qual seja, as *homesteads*, que eram pequenas propriedades rurais habitadas por agentes coloniais europeus e por africanos escravizados etnolinguisticamente distintos, o que, na prática, inviabilizava a continuidade de uso das línguas africanas e fazia do vernáculo europeu a língua-alvo dos cativos. Com o passar do tempo e com o fortalecimento daquele sistema econômico, as *homesteads* foram se transformando nas grandes *plantations*, demandando o aumento da mão de obra escravizada. Nesse contexto, o aumento no contingente de escravizados se dava através de uma taxa cada vez maior de importação de africanos adultos – em detrimento do crescimento geracional daquela população –, os quais adquiriam a língua-alvo europeia através de seus pares cativos, uma vez que o crescimento do modelo de *plantation* também ocasionou uma espécie de especialização do trabalho e a segregação da população escravizada. Na perspectiva de Mufwene (2001, 2008), a resultante linguística desse tipo de ecologia da *plantation* seria o que a literatura convencionou chamar de línguas crioulas.

Ao fazermos esse breve panorama da interpretação de Mufwene (2001, 2008) sobre a emergência das línguas crioulas e dos pidgins, nosso intuito é ilustrar a perspectiva ecológica que orienta tanto o trabalho do autor quanto o modelo de História Linguística proposto por Negrão e Viotti (2012), pois é possível dizer que os pidgins e crioulos, dada a sua formação histórica recente, são um retrato fiel do fato de que as línguas refletem as contingências ecológicas de sua formação, sendo estas contingências fatores diversos, como as condições históricas, políticas e, sobretudo, as condições econômicas. É com base nesse tipo de reflexão que Negrão e Viotti (2012, p. 314) propõem uma História Linguística focada no exame detalhado das relações socioeconômicas que, ao longo do tempo, estiveram subjacentes às interações linguísticas no Brasil, pois foram estas relações que determinaram os tipos de contato estabelecidos, os períodos de interação, as línguas e povos que entraram em contato etc. Em outras palavras, não é o sistema linguístico que preexiste às relações socioeconômicas, mas, na verdade, ocorre uma espécie de relação simbiótica em que os próprios padrões de interação linguística – marcados pelos processos de evolução linguística (MUFWENE, 2008) – são formados à medida que se estabelecem as relações socioeconômicas.

A fim de rastrear em que medida as relações socioeconômicas construíram a história linguística brasileira, Negrão e Viotti (2012) propõem a elaboração de uma história regionalizada, uma vez que a ocupação do território brasileiro não se deu de maneira uniforme, mas sim em diferentes períodos, com a participação de diferentes povos em situações de contato – povos originários, europeus, africanos, asiáticos etc. – e calcada em diferentes atividades econômicas. Com efeito, os diferentes ciclos econômicos pelos quais passou o Brasil colonial nos permitem analisar as diferentes ecologias linguísticas que aqui se formaram, direcionando de maneira complexa e multifacetada os processos de evolução linguística, dentre eles, a sobrevivência e/ou a morte de línguas. Em outras palavras, o que estamos querendo dizer é que o modelo de História Linguística assumido neste trabalho nos permite colocar em perspectiva a generalização de Mufwene (2001, p. 154) que trouxemos nas primeiras linhas

deste artigo, qual seja, a de que os contextos coloniais americanos não foram ecologias hospitaleiras para a sobrevivência dos vernáculos africanos. A questão que se coloca é pensar se esta generalização pode ser aplicada peremptoriamente em relação à complexa e multifacetada história linguística brasileira. Perseguindo este questionamento, na introdução deste trabalho, fizemos menção às pesquisas de Nina Rodrigues (2004[1933]), que documentou a sobrevivência de línguas africanas na Bahia do século XIX. A partir de agora, argumentaremos que as relações socioeconômicas engendradas no chamado Ciclo do Ouro da história brasileira (séculos XVII-XVIII) concorreram para a vitalidade da Língua Geral de Mina, uma língua africana de origem Gbe falada em Minas Gerais.

## 2. A Língua Geral de Mina na ecologia linguística do Ciclo do Ouro

Nesta seção, à luz do referencial teórico exposto, argumentamos que a Língua Geral de Mina pode ser entendida como uma espécie de fotografia da história linguística dos africanos escravizados no Brasil, na medida em que os falantes desta variedade linguística foram inseridos numa estrutura socioeconômica que, ao favorecer a manutenção de suas redes sociais de comunicação, deu condições de vitalidade ao vernáculo africano. Assim, na primeira parte da seção, levantamos alguns aspectos da origem do documento, bem como do documentador que registrou a existência da LGM no contexto socioeconômico mineiro. Em seguida, levantamos alguns aspectos relativos à origem histórica dos africanos escravizados em Minas Gerais e apresentamos dois traços gramaticais característicos das línguas Gbe que podem ser encontrados na LGM, a fim de argumentar a favor da sobrevivência da língua africana naquela ecologia linguística.

### 2.1. António da Costa Peixoto: um desclassificado do ouro em meio aos africanos escravizados

Chamamos de Ciclo do Ouro o período da história econômica brasileira centrado na exploração das atividades de mineração de pedras preciosas, ocorrido sobretudo nas Minas Gerais durante os séculos XVII e XVIII (SOUZA, 2004). Embora o conceito de ciclo econômico seja problematizado pelos estudos historiográficos contemporâneos – uma vez que um determinado período histórico não é caracterizado por apenas uma atividade econômica ou um tipo de organização social –, argumentamos que a noção de Ciclo do Ouro é bastante significativa para a compreensão dos aspectos da história linguística brasileira que destacamos neste trabalho, dado que a economia mineradora promoveu uma mudança bastante acentuada nas relações socioeconômicas processadas no Brasil colonial, devido ao aumento dos movimentos populacionais, à diversificação das atividades econômicas, à intensificação do tráfico de escravizados e à multiplicação dos contatos interétnicos, sobretudo com falantes de línguas africanas. Uma medida da relevância da estrutura socioeconômica aqui evocada pode ser vista em Andreazza e Nadalin (2011, pp. 64-5), que classificam o Ciclo do Ouro como um importante ponto de inflexão da história colonial brasileira, pois é nesse momento que a Coroa Portuguesa busca uma ocupação mais sistemática do território, implementando até mesmo uma política imigratória voltada para as camadas mais populares do Reino.



Um aspecto bastante destacado pela literatura historiográfica consiste no tipo de sociedade colonial que se estabeleceu em função do Ciclo do Ouro, cuja configuração era muito distinta daquela observada na economia açucareira, até então, o principal braço econômico do Brasil colonial. De acordo com Souza (2004), enquanto na sociedade açucareira havia uma divisão mais estanque entre senhores e escravizados<sup>9</sup>, a sociedade mineradora abre espaço para a emergência de uma camada intermediária bastante complexa e diversa, da qual faziam parte aqueles que ela chama de “desclassificados do ouro”, composta por europeus de origem humilde, brasileiros oriundos de outras regiões da colônia, negros forros etc., os quais viviam em situação de pobreza e em constante interação com os cativos. Fazia parte desse grupo o português António da Costa Peixoto (1703-1763), homem oriundo da região do Minho (Portugal), responsável pelo documento *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741).

De acordo com Araújo (2013), Costa Peixoto chegou ao Brasil em 1715, aos treze anos de idade, seguindo uma rota imigratória muito comum entre seus conterrâneos – aliás, caminho igualmente trilhado por seu pai e seu irmão –, que se movimentavam em direção à Colônia devido ao grande sucesso da economia mineradora. Já na idade adulta, Costa Peixoto tornou-se escrivão de vintena em São Bartolomeu, um distrito de Vila Rica de Ouro Preto, principal centro econômico daquela época. No entanto, com base em um documento colhido no Arquivo Público Mineiro, Araújo (2013, p. 3) relata que os moradores de São Bartolomeu – certamente, agentes coloniais europeus – solicitaram a destituição de Costa Peixoto do cargo de escrivão de vintena, sob o argumento de que ele vivia nas tavernas se embebedando com negras e negros. Com efeito, à luz de outros documentos, Araújo (2013) demonstra que Costa Peixoto tinha muita proximidade com a população de origem africana que vivia naquela zona mineradora, tendo sido testemunha a favor de negros em alguns processos e tendo inclusive deixado quatro filhos mestiços.

Partindo desse histórico, Santos da Silva (2020) argumenta que Costa Peixoto poderia ser considerado um desclassificado do ouro, no sentido defendido por Souza (2004), e que sua proximidade com os africanos escravizados teria feito dele um falante da variedade linguística africana utilizada por aqueles indivíduos. Tanto é que, além do documento de 1741, o mesmo autor já havia trazido à lume o documento *Alguns apontamentos da lingoa Minna com as palavras portuguesas correspondentes* (1731). Corroborando esta interpretação, vemos que, na abertura da *Obra Nova* (1741), Costa Peixoto é descrito como um exímio tradutor da LGM, sendo tal proficiência reconhecida por outros estudos que, do ponto de vista linguístico-gramatical, examinaram a variedade por ele documentada (cf. YAI, 1997; CASTRO, 2002; SANTOS DA SILVA, 2020, 2021).

Para além do caráter misterioso que envolve a figura de Costa Peixoto<sup>10</sup>, a principal incógnita para os estudiosos que lidaram com o tema sempre foi a variedade linguística que estava por

<sup>9</sup> Cumpre ressaltar que, conforme aponta um dos pareceristas anônimos deste artigo – a quem agradecemos –, pesquisas contemporâneas apresentam problematizações à generalização de que, na sociedade açucareira, havia uma sociedade fortemente polarizada entre senhores e escravizados. Porém, dado o escopo deste artigo, não aprofundaremos o debate sobre esta controvérsia, centrando-nos nas especificidades da sociedade mineradora.

<sup>10</sup> Devido ao escopo deste artigo, não discutiremos em mais detalhes a figura de Costa Peixoto. Para uma visão mais aprofundada dessa personagem, remetemos o leitor ao trabalho de Araújo (2013).

detrás daquilo que o documentador minhoto chamou de Língua Geral de Mina. Dentre as questões levantadas, perguntava-se se aquela era, de fato, uma língua africana falada no Brasil ou se, por outro lado, consistia numa espécie de criação/adaptação colonial para o domínio da escravaria. Não obstante alguns estudos tenham considerado a LGM uma variedade em fase de crioulização (YAI, 1997) ou em fase de pidginização (BONVINI, 2008), juntamente com os trabalhos de Santos da Silva (2020, 2021), argumentamos que Costa Peixoto documentou uma variedade Gbe oriental que, por condicionamentos ecológicos que agora explicitamos, sobreviveu no Brasil no século XVIII.

## 2.2. A Língua Geral de Mina: seus falantes e a preservação de traços sintáticos Gbe<sup>11</sup>

Para que possamos entender a vitalidade da LGM no contexto socioeconômico do Ciclo do Ouro – período de grande pujança do controle metropolitano –, é necessário voltar o olhar para a situação do tráfico negreiro naquele momento, sendo este um dos elementos mais relevantes para a elaboração desse capítulo de nossa história linguística. No período aqui considerado, o tráfico de africanos escravizados era concentrado sobretudo na chamada Costa da Mina – grosso modo, uma região que corresponde aos atuais territórios de Gana, Togo e Benim –, num comércio controlado por traficantes baianos, os quais direcionavam os cativos principalmente para as atividades agrícolas do Recôncavo Baiano e para as zonas mineradoras (SILVA JR., 2020). De acordo com Castro (2002), os africanos oriundos da Costa da Mina teriam sido empregados no Ciclo do Ouro justamente pelo fato de que, em sua região de origem, já era realizado o trabalho de mineração, sobretudo na Costa do Ouro.

O tráfico da Costa da Mina atingiu os povos de origem Gbe, caracterizados por muitas similaridades culturais e etnolinguísticas (LAW, 2002; ABOH, 2015a). Conforme demonstra o trabalho de Aboh e Smith (2015), as similaridades dos povos Gbe é resultante de sua origem comum, pois os ancestrais daqueles que, no futuro, seriam forçadamente enviados ao Brasil, tinham como seu ponto inicial na região de Oyo (atual Nigéria) e, posteriormente, teriam passado por diferentes fluxos migratórios em direção à costa, culminando na fundação de diferentes reinos politicamente autônomos e antagônicos, como, por exemplo, os reinos de Aladá e Daomé (cf. ABOH, 2015a). Abstendo-nos de tratar das relações sociopolíticas internas à Costa da Mina<sup>12</sup>, neste trabalho, argumentamos que essa relação histórica e ancestral dos povos Gbe foi materializada na diáspora, concorrendo para a vitalidade da LGM, documentada na *Obra Nova* (1741).

---

<sup>11</sup> A partir desta subseção, incluiremos alguns exemplos linguísticos, nos quais utilizamos as seguintes glosas: DEM=Demonstrativo; FUT=Futuro; HAB=Aspecto Habitual; DET=Determinante; RED=Reduplicação; 1SG=Primeira Pessoa do Singular; 2SG=Segunda Pessoa do Singular; 3SG=Terceira Pessoa do Singular; V=Verbo; MOOD=Modo; 1SG.POSS=Pronome Possessivo de Primeira Pessoa do Singular; NEG=Negação.

<sup>12</sup> Por razões de escopo, neste artigo, não aprofundaremos as discussões sobre os aspectos históricos dos povos Gbe na Costa da Mina, limitando-nos a tratar de sua história linguística no Brasil. Para uma visão mais detalhada do tema, remetemos o leitor aos seguintes trabalhos: Aboh e Smith (2015); Aboh (2015a); Law (2002).

No que diz respeito especificamente aos aspectos linguísticos, Aboh (2015a, pp. 51-2) argumenta que, pelo menos desde o século XVII, as línguas Gbe apresentam uma relativa estabilidade em seus traços gramaticais e lexicais. O autor faz tal generalização tomando como base a análise de dois documentos diacrônicos das línguas Gbe, a saber: o catecismo *La Doctrina Christiana* (1654), um documento bilíngue ardra/espanhol; e o documento *La Grammaire Abrégée* (1730), o qual registrava, com tradução para o francês, uma língua supostamente falada em Uidá (Costa da Mina). Ao comparar os referidos registros diacrônicos às línguas Gbe modernamente faladas no Golfo do Benim, Aboh (2015a) chega à conclusão de que elas compartilham não só lexemas, mas também traços morfossintáticos, como estruturas de serialização verbal, sintaxe de interrogativas-WH, marcação aberta de foco e tópico na periferia esquerda da sentença etc.

Não obstante tenha sido um documento produzido em contexto diaspórico, o exame da *Obra Nova* mostra que a LGM também apresenta traços morfossintáticos característicos das línguas Gbe, como verbos de complementação inerente, construções de serialização verbal, processos de reduplicação etc. (SANTOS DA SILVA, 2020). Dado o escopo deste artigo, destacaremos apenas dois desses traços, começando pelos adjetivos atributivos reduplicados.

De acordo com Aboh (2010, p. 14), as línguas Gbe dispõem de um número bastante reduzido de adjetivos atributivos, os quais expressam noções específicas, como cores, tamanhos e formas. No que diz respeito aos adjetivos predicativos, as línguas Gbe dispõem de diversas raízes que, não obstante tenham uma semântica adjetival, exibem um comportamento verbal, como a anteposição de marcadores de tempo, modo e aspecto, de sorte que, em alguns trabalhos, tais formas sejam chamadas de adjetivos verbais. Como exemplo, podemos verificar os seguintes dados do gungbe, uma língua Gbe falada no Benim:

- (1) gungbe (ABOH, 2010, p. 15 – adaptado)
- |    |  |     |     |            |
|----|--|-----|-----|------------|
| a. | Àvún   | éhè | ná  | kló        |
|    | cachorro   | DEM | FUT | ser.grande |
|    | ‘Este cachorro será grande’                          |     |     |            |
|    |  |     |     |            |
| b. | Àvún   | éhè | ǹ  | kló        |
|    | cachorro   | DEM | HAB | ser.grande |
|    | ‘Este (tipo de) cachorro geralmente se torna grande’ |     |     |            |

Os exemplos (1a-b) mostram que, no gungbe, a raiz *kló*, embora apresente uma semântica adjetival, se comporta sintaticamente como um verbo, pois é anteposto, respectivamente, pelo marcador de futuro *ná* e pelo marcador de aspecto habitual *ǹ*. Deste modo, entendemos que *kló* ocupa o núcleo do sintagma verbal, sendo, portanto, um adjetivo verbal predicativo. Entretanto, de acordo com Aboh (2007, pp. 1-2), os adjetivos verbais predicativos das línguas Gbe – como vemos nos exemplos em (1) – podem ser utilizados atributivamente, isto é, ao invés de figurarem como núcleos do sintagma verbal, entram como modificadores do nome no âmbito do sintagma nominal.

Quando isso ocorre, a raiz originalmente predicativa é reduplicada, conforme ilustram os seguintes dados do gungbe, em que se percebe o contraste entre as formas predicativas (2a,c) e as formas atributivas (2b, d), as quais são reduplicadas:

(02) gungbe (ABOH, 2007, p. 6 – adaptado)

- |    |                        |             |             |            |
|----|------------------------|-------------|-------------|------------|
| a. | Àzón                   | ló          | síén        |            |
|    | trabalho               | DET         | ser.difícil |            |
|    | ‘O trabalho é difícil’ |             |             |            |
| b. | Àzón                   | síénsíén    |             | ló         |
|    | trabalho               | difícil-RED |             | DET        |
|    | ‘O trabalho difícil’   |             |             |            |
| c. | Àgbàn                  | ló          |             | kpèn       |
|    | carga                  | DET         |             | ser.pesado |
|    | ‘A carga é pesada’     |             |             |            |
| d. | Àgbàn                  | kpènkpèn    |             | ló         |
|    | carga                  | pesado-RED  |             | DET        |
|    | ‘A carga pesada’       |             |             |            |

Os seguintes pares de exemplos encontrados na *Obra Nova* (1741) mostram que a LGM também apresenta os chamados adjetivos verbais reduplicados, pois também vemos o contraste entre os adjetivos verbais predicativos (3a-c) e os adjetivos atributivos reduplicados (3b-d):

(3) LGM<sup>13</sup>

- |    |                     |           |  |
|----|---------------------|-----------|--|
| a. | hénhõ               |           |  |
|    | hé                  | nhõ       |  |
|    | 3SG                 | ser.podre |  |
|    | ‘Isto é/está podre’ |           |  |
|    | CP: ‘Está podre’    |           |  |
| b. | lam nhinhoi         |           |  |
|    | lam                 | nhinhoi   |  |
|    | carne               | podre-RED |  |
|    | ‘Carne podre’       |           |  |
|    | CP: ‘carne podre’   |           |  |

<sup>13</sup> Os dados retirados da *Obra Nova* (1741) são apresentados da seguinte maneira: na primeira linha, transcrevemos o dado tal qual ele foi registrado na edição de 1945, preparada por Luís Silveira. Na segunda linha, realizamos a segmentação morfológica. Na terceira linha, apresentamos nossa glosa. Na quarta linha, apresentamos uma proposta de tradução e, por fim, na quinta linha, apresentamos a tradução oferecida por Costa Peixoto. Deste modo, repetimos aqui a metodologia que empregamos em Santos da Silva (2020).

- c. èclou  
 è clou  
 3SG ser.gordo  
 ‘Isso é/está gordo’  
 CP: ‘É grosso’
- d. abàdecum clouclou  
 milho gordo-RED  
 ‘Milho gordo’  
 CP: ‘canjica grossa’

Outro traço morfossintático bastante característico das línguas Gbe são os chamados verbos de complementação inerente, assim chamados por serem verbos que, obrigatoriamente, vêm acompanhados de um complemento. Porém, diferentemente dos verbos lexicais plenos, que selecionam semanticamente os seus argumentos, os verbos de complementação inerente se comportam como verbos funcionais, ou seja, não atribuem papel temático de argumento interno, fazendo com que uma ampla gama de sintagmas possa figurar nessa posição (ABOH, 2015b), conforme ilustram os seguintes exemplos hauridos do gungbe<sup>14</sup>:

(4) gungbe (ABOH, 2015b, p. 23 – adaptado)

Verbo+	Nome complemento	Significado ICV <sup>15</sup>
dù	àxó ‘dívida’	ter dívidas ou ir à falência
	gbè ‘vida’	aproveitar
	xwè ‘ano’	celebrar/festejar
	àdì ‘veneno’	irritar-se
	wìnyán ‘vergonha’	estar envergonhado
	gán ‘chefe’	tornar-se chefe
	yà ‘dor’	sofrer

O que os dados em (4) mostram é que, não obstante a forma *dù* possa funcionar como um verbo lexical pleno nas línguas Gbe – por exemplo, em “*Kòku ó, é dù m̀l̀íkún*” (“Koku, ele comeu arroz”) –, quando ela se comporta como um verbo de complementação inerente, não ocorre a seleção semântica do argumento interno e a forma verbal perde o seu sentido, por assim dizer, original. A análise da *Obra Nova* (1741), por sua vez, mostra que os verbos de complementação inerente das línguas Gbe também podem ser encontrados na LGM. E, interessantemente, Costa Peixoto traduz o significado ICV das construções, evidenciando sua proficiência naquela língua africana.

<sup>14</sup> Para uma discussão aprofundada sobre a sintaxe dos verbos de complementação inerente, remetemos o leitor ao trabalho de Aboh (2015b).

<sup>15</sup> Na literatura, os verbos de complementação inerente costumam ser chamados de  $V_{ICV}$ , sigla para *inherent complement verbs*.

(5) LGM<sup>16</sup>

## a. avòhècudiu

avò	hè	cu	diu
roupa	3SG	V <sub>morrer</sub>	sujeira

Lit.: “Roupa ela morreu sujeira”

CP: “A roupa está suja”

## b. humduachösusũ

hum	du	achö	susũ
1SG	V <sub>comer</sub>	dívida	muito

Lit.: ‘Eu comi muita dívida’

CP: ‘Eu devo muito’

## c. hum jazom

hum	je	azom
1SG	V <sub>cair</sub>	doença

Lit.: ‘Eu caí doença’

CP: ‘Estou doente’

Ora, os dados de adjetivos atributivos reduplicados e de verbos de complementação inerente, bem como outros traços gramaticais da LGM (cf. SANTOS DA SILVA, 2020, 2021) indicam que, nas Minas Gerais do século XVIII, esta variedade se manteve como uma língua de gramática Gbe. Sendo assim, a questão que se coloca diante desse cenário é levantar os possíveis condicionamentos ecológicos que permitiram a vitalidade de uma língua africana na diáspora brasileira, ou, em outras palavras, é necessário mapear os aspectos sociais, econômicos, políticos, interacionais etc., que fizeram daquela língua africana uma variedade competitiva ao lado do português, língua empregada pelo poder colonial, o qual, àquela época, ficava cada vez mais sólido na zona mineradora (cf. SOUZA, 2004).

### 3. Teria sido o Ciclo do Ouro uma ecologia hospitaleira para a Língua Geral de Mina?

Uma primeira resposta para a questão enunciada na seção anterior vem da Costa da Mina, pois diferentemente do que os estudos historiográficos afirmam para outras rotas do tráfico negreiro, o comércio de escravizados praticado na referida região foi marcado por uma notável homogeneidade etnolinguística. Além daquilo que já mencionamos anteriormente sobre a origem comum dos povos Gbe, outra razão de natureza político-econômica que ocasionou a concentração linguística de povos Gbe orientais na zona mineradora foi o fato de o controle do tráfico ter sido concentrado pelo reino do Daomé, sobretudo a partir de 1724, ano em que o chamado “reino fon” suplanta o poderio do

<sup>16</sup> Nos dados em (5), optamos por realizar uma tradução literal, a fim de ilustrar a sintaxe dos verbos de complementação inerente.

reino de Alada (cf. LAW, 2002). Uma vez que o Daomé ficava ao norte do reino de Alada, o controle do primeiro sobre o tráfico fez com que a apreensão de cativos ficasse mais circunscrita às regiões costeiras, principalmente nos portos localizados na área oriental da Costa da Mina, como Jeken e Uidá (ABOH; SMITH, 2015, p. 45). Além disso, de acordo com Aboh e Smith (2015, pp. 49-50), em seu projeto expansionista, o Daomé impunha o uso do fongbe aos povos vencidos, fato que teria ocorrido nas regiões de Alada e Uidá, por exemplo. Neste sentido, a própria dimensão político-econômica do tráfico de escravizados na Costa da Mina parece ter sido o primeiro elemento a condicionar, por assim dizer, o transplante de uma variedade Gbe oriental para a zona mineradora.

Não obstante o transplante de uma variedade Gbe oriental para as Minas, a princípio, não haveria garantia de sua vitalidade no contexto colonial, uma vez que, novamente ecoando Mufwene (2001, p. 154), os contextos coloniais americanos não parecem ter sido ecologias hospitaleiras para as línguas africanas. Entretanto, as redes sociais de comunicação estabelecidas pelos falantes Gbe no Brasil, sobretudo em Minas Gerais, sugerem que a LGM foi uma língua competitiva naquela ecologia de contato, conforme veremos a seguir.

### 3.1. Os falantes da Língua Geral de Mina e suas redes sociais de comunicação

O modelo de redes sociais, bastante utilizado em estudos sociolinguísticos, toma como ponto de partida as interações mais imediatas que se estabelecem entre os indivíduos, a fim de mapear como esses padrões interacionais ou as relações interpessoais – mediadas por interesses econômicos, políticos, institucionais etc. – afetam os processos de variação, conservação e mudança linguística. De acordo com Milroy (2004, p. 558), embora o modelo de redes tenha sido muito aplicado no estudo de comunidades monolíngues, alguns pesquisadores que se ocuparam dos mecanismos sociais condicionadores da manutenção ou da mudança (*shift*) de língua em comunidades bilíngues fizeram uso do conceito, chegando à seguinte conclusão: as redes compostas de laços fortes funcionam como sustento para as minorias linguísticas, fazendo com que elas resistam às pressões culturais, políticas, econômicas etc., para a mudança de língua. No entanto, ainda segundo a autora, quando as redes perdem força, a mudança de língua ocorre com mais facilidade.

Na medida em que, de acordo com Milroy (2004, pp. 558-9), muitas vezes, as redes sociais são estabelecidas por comunidades marginalizadas para se sustentar em um ambiente hostil, cremos que pesquisas que investigam a história linguística dos africanos no Brasil devam realizar o mapeamento das redes sociais estabelecidas pelos escravizados, entendendo-os como sujeitos históricos que, para além da relação de trabalho forçado, constituíram grupos de solidariedade ancorados em diferentes atividades. No que diz respeito à zona mineradora, as pesquisas historiográficas mostram que os africanos escravizados estabeleceram redes sociais bastante sólidas, fato que, aparentemente, possibilitou a sobrevivência da LGM como uma língua de interação entre os cativos e até mesmo entre os demais desclassificados do ouro – conforme exemplifica Costa Peixoto.

Um dos principais contextos de organização de redes sociais de comunicação entre os africanos escravizados no Brasil, e especificamente em Minas Gerais, foram as irmandades religiosas católicas. Uma vez que, no mundo colonial, os cativos eram proibidos de frequentar as mesmas igrejas frequentadas pelos brancos, as diferentes nações africanas – como elas eram conhecidas naquele contexto – se organizavam em irmandades ou confrarias, nas quais elas prestavam culto a determinados santos – principalmente santos negros – e atendiam os filiados nos momentos de adversidade, sobretudo no momento da morte, dando-lhes sepultamento digno (BOSCHI, 1986). De acordo com Cruz (2007, pp. 5-6), embora as irmandades católicas representassem uma espécie de adaptação dos africanos a uma tradição religiosa europeia, nesses espaços, eles buscavam preservar aspectos de sua cultura pré-colonial, através de canções, danças, instrumentos musicais, e até mesmo através da incorporação de seus mitos. Um exemplo dessa relação dialética entre culturas no contexto das irmandades pode ser visto na Irmandade de Santo Elesbão, uma irmandade que funcionava no Rio de Janeiro do século XIX, composta por africanos escravizados oriundos da Costa dos Escravos, de Cabo Verde, de Moçambique e de São Tomé. Ao estudar um documento produzido no âmbito da referida irmandade, Soares (2019) retrata um conflito existente os africanos mina e os africanos angola, justamente porque estes últimos, ao invés de se adaptarem integralmente aos costumes católicos, buscavam incorporar seus ritos fúnebres autóctones à irmandade, razão pela qual Francisco de Souza, um africano de origem Gbe, defendia a sua eleição para o comando da confraria:

E suposto que os pretos Mina nesta capital são tão briosos e tementes a Deus que não usem disso. Contudo, como os de Angola têm por costume tomarem da tumba da Santa Casa de Misericórdia os cadáveres de seus parentes, para os porem nas portas das igrejas, com cantigas gentílicas e supersticiosas, tirando esmolas dos fiéis para os enterrarem, o que é constante nesta cidade, e por esta razão os senhores brancos entenderam que todos os pretos usaram do mesmo, que seja Mina ou de Angola, e é essa razão por que me eximo de reger e proteger meus parentes. (SOUZA, 1786 apud SOARES, 2019, p. 20)

É necessário observar que a integração entre os africanos escravizados proporcionada pelas irmandades não ficava circunscrita a elas, mas era transposta para outras áreas da vida daqueles indivíduos. Soares (2019, p. 141) relata que os africanos mina do Rio de Janeiro, organizados em torno das irmandades de Santo Elesbão e de Santa Ifigênia, eram marcados por uma forte rede de sociabilidade, de modo que, em suas redes de contato, exerciam atividades remuneradas que possibilitavam a compra de alforrias para seus parentes, através de trabalhos como os de barbeiro, carregador, quitandeira etc. A documentação estudada por Soares (2019) também sugere que as redes sociais estabelecidas em torno das irmandades constituíram um fator ecológico que favoreceu a vitalidade da LGM:

Em 1748, que cheguei a esta capital vindo da cidade da Bahia, achei já esta Congregação ou corporação de pretos Mina de várias nações daquela costa, a saber, Dagomé, Makii, Zano, Agolin, Sabaru (todos de língua geral), com muita união, tendo por rei da tal congregação um Pedro da Costa Mimoso, também da mesma nação. [...] (SOUZA, 1786 apud SOARES, 2019, p. 41, grifos nossos)



O excerto acima mostra que, ao chegar no Rio de Janeiro, Francisco de Souza encontra uma irmandade católica composta por diferentes povos oriundos da Costa da Mina, os quais usavam a língua geral naquele contexto religioso. Assim, além de comprovar a proximidade etnolinguística dos povos Gbe, o documento estudado por Soares (2019) sugere que as irmandades eram redes sociais nas quais as dinâmicas interacionais eram permeadas pelo uso da LGM, garantindo a sua vitalidade. Não obstante a citação de Francisco de Souza esteja relacionada a uma irmandade do Rio de Janeiro do século XVIII, o trabalho de Boschi (1986) mostra que as irmandades católicas foram muito fortes na zona mineradora, pois elas se configuravam como espaço de solidariedade entre os negros, no qual eles podiam tratar de temas do seu cotidiano. Ecoando a relevância das irmandades na vida social dos africanos escravizados em Minas Gerais, na *Obra Nova* (1741), é possível encontrar uma série de exemplos relacionados ao universo católico, levando à postulação de que a LGM era uma língua empregada para fazer referência ao contexto religioso:

(6) LGM<sup>17</sup>

a. máhipomvódum

má	hi	pom	vodum
1SG.MOOD	ir	procurar	divindade

Lit.: ‘Deixe-me ir procurar divindade’  
CP: ‘Vou a missa’

b. máhidõ vodum

má	hi	dõ	vodum
1SG.MOOD	ir	falar	divindade

Lit.: ‘Deixe-me ir falar divindade’  
CP: ‘Vou confessar-me’

c. máhivódumchuhě

má	hi	vódum	chuhě
1SG.MOOD	ir	divindade	casa

Lit.: ‘Deixe-me ir casa divindade’  
CP: ‘Vou para a igreja’

Os dados em (6) ilustram como a LGM parece ter sido empregada no contexto religioso católico. Além disso, estes e outros exemplos encontrados na *Obra Nova* (1741) sugerem que, ao contrário da simples adoção de palavras do português, a língua Gbe e seus traços gramaticais eram utilizados pelos falantes para interpretar novas realidades daquela cultura Gbe diaspórica, marcada, entre outras coisas, pelo sincretismo religioso.

Embora as confrarias católicas tenham sido um dos mais importantes centros de agremiação dos africanos escravizados no Brasil, outro espaço fundamental para a manutenção das redes sociais de

<sup>17</sup> Nos dados em (6), optamos pela apresentação de traduções literais.

comunicação desses indivíduos foram as vendas. As vendas eram essenciais para o estabelecimento das relações socioeconômicas da sociedade mineradora, pois nelas eram comercializados alimentos, instrumentos de trabalho, roupas etc., insumos importantes numa região de urbanização recente (SOUZA, 2004). Porém, para além dessa função prática, as vendas constituíam o espaço de lazer dos desclassificados do ouro e, por esta razão, eram espaços de sociabilidade dos africanos escravizados (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985).

De acordo com Araújo (2013), ao contrário das irmandades negras, que eram toleradas pelos agentes coloniais, as vendas eram espaços perseguidos e combatidos, porque reuniam as principais ameaças à manutenção da ordem socioeconômica vigente: quilombolas em busca de armas e munição; garimpeiros contrabandistas que fugiam dos altos impostos cobrados pela Coroa; prostitutas escravizadas ou forras que cooperavam para o aumento dos concubinatos, duramente condenados pela Igreja naquela época (cf. SOUZA, 2004). O ambiente de perseguição às vendas é confirmado por um documento intitulado *Solicitação de determinação de horário de funcionamento das tavernas* (1746), localizado por Lima (2018) no Arquivo Público Mineiro, no qual moradores reclamavam da presença de negros naqueles espaços. Vale lembrar que o próprio António da Costa Peixoto fora destituído de seu cargo de escrivão de vintena sob a acusação de frequentar tavernas e embebedar-se com negros (cf. ARAÚJO, 2013). O seguinte trecho, retirado de Figueiredo e Magaldi (1985), reforça a análise de que as vendas eram espaços em que os africanos escravizados estabeleciam seus laços de sociabilidade, despertando, por isso, a fúria dos agentes coloniais:

Se no interior das fazendas agrícolas, a organização do sistema produtivo e a distribuição do espaço tradicionalmente impedia com eficácia que o escravo escapasse ao controle de seus agentes repressivos mais diretos, nas regiões mineradoras, a racionalidade do sistema produtivo, organizada sobre uma produção mineral essencialmente aluvionar e especializada, condicionava uma certa margem de autonomia da força-de-trabalho. O desdobramento mais imediato desta realidade foi a constituição do sistema de jornal – comum também em outras regiões urbanizadas da Colônia – que mediava (mas nem por isso amenizava) as relações de produção escravistas. Em tais condições, apesar do escravo circular durante o dia em busca do ouro para cumprimento do seu jornal semanal ou diário, o anoitecer concluía seu ciclo de tarefas e abria perspectiva de uma libertação temporária de sua condição. Assim, na medida que, pelo sistema de jornal, o tempo noturno registra o esgotamento diário do trabalhador e sua substituição por um escravo indivíduo (mesmo que corporificado na mesma pessoa), fazia-se imprescindível a extensão da subordinação e controle do trabalhador direto para além da sua fase produtiva. Um nítido obstáculo para o cumprimento deste mecanismo situa-se na existência de locais receptores de escravos que, perigosamente, os legitimava como indivíduos, capazes de consumir, beber e amar, seja nas vendas, tavernas, casas de alcouce, ou em torno de tabuleiros das negras ambulantes. Justamente a possibilidade concreta do escravo nestes espaços organizar, junto com outros trabalhadores pobres, o rompimento da sujeição mais extrema a que estavam submetidos, debilitar seu jornal, ou mesmo mutilar fisicamente seu corpo (através de brigas, ferimentos, etc), motiva medidas reguladoras para superação desta contradição. (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985, p. 60)

Creemos que é possível afirmar que a citação de Figueiredo e Magaldi (1985, p. 60) sintetiza aquilo que buscamos argumentar a respeito da História Linguística, isto é, que o tipo de relação socioeconômica estabelecida num determinado contexto social determina as dinâmicas interacionais dos indivíduos, o que, no nosso entender, atua como um fator ecológico com efeitos sobre os processos de evolução linguística. Neste sentido, é fundamental o contraste que os autores estabelecem entre a trajetória dos africanos escravizados no mundo rural e daqueles do mundo urbano, justamente porque é o tipo de atividade econômica que eles exercem que vai permitir ou não o estabelecimento de suas redes de sociabilidade. Pensando especificamente na sociedade mineradora, vemos que a estruturação da atividade econômica possibilitou o estreitamento de laços de solidariedade entre os africanos escravizados, sobretudo no espaço das vendas, onde eles se mostravam como sujeitos, estabelecendo relações afetivas, comerciais, de conflito etc. E, certamente, tais redes sociais de interação se configuraram como um fator ecológico essencial para a vitalidade da LGM, uma vez que, conforme atestam os dados historiográficos, os africanos escravizados em Minas Gerais eram majoritariamente de origem Gbe, marcados pela notável homogeneidade etnolinguística.

Não por acaso, a LGM apresenta uma série de exemplos de interações que, certamente, ocorriam nas vendas, dos quais destacamos alguns:

(7) LGM

a. aniguisã

ani	gui	sã
o que	2SG	vender

‘O que tu vendes?’  
CP: ‘Que é o que vendes?’

b. nhimásácouculouch achóhã

nhi	má	sá	couculou	ch(e)	achó	hã
1SG	NEG	vender	galinha	1SG.POSS	dívida	NEG

Lit.: ‘Eu não vendo galinha minha dívida não’  
CP: ‘Eu não vendo as minhas galinhas fiadas’

Os dados linguísticos e os aspectos historiográficos levantados até aqui indicam que enquanto a organização do tráfico negreiro realizado na Costa da Mina fez com que os africanos escravizados em Minas Gerais tivessem um *background* linguístico bastante similar, as características socioeconômicas daquele contexto colonial deram uma série de condições para que uma língua africana Gbe oriental continuasse sendo utilizada pelo contingente dos cativos e, muito provavelmente, por outros desclassificados do ouro. Isso ocorreu porque, além da “seleção etnolinguística” realizada pelo tráfico, em Minas Gerais, os africanos escravizados conseguiram estabelecer redes sociais de comunicação nas quais o uso da LGM era fundamental, como se deu no ambiente das irmandades, das vendas, mas também nas práticas profissionais, uma vez que eles eram a maioria no exercício da mineração.

Assim, colocando mais uma vez em perspectiva a generalização de Mufwene (2001, p. 154), cremos que seja possível argumentar que a organização socioeconômica da sociedade mineradora, pelo menos durante um tempo, deu as condições ecológicas para a continuidade da história linguística de africanos no Brasil, garantindo a vitalidade de seu vernáculo, configurando-se, assim, como uma ecologia linguística hospitaleira para a existência da LGM.

## Considerações finais

Conforme pontua Mufwene (2008, p. 211), as línguas não são entidades abstratas, mas sim ferramentas criadas e modificadas pelos seres humanos, no intuito de atender às suas diferentes necessidades. Neste sentido, defendemos que o estudo da vitalidade das línguas africanas no Brasil implica na análise de como essas variedades atuaram como ferramentas para que os falantes atingissem seus diferentes objetivos na sociedade colonial, tão hostil aos africanos escravizados.

Partindo do modelo de História Linguística proposto por Negrão e Viotti (2012) e da teoria da evolução linguística (MUFWENE, 2001; 2008), este trabalho mostrou que, ao longo do século XVIII, a Língua Geral de Mina foi uma língua Gbe falada em Minas Gerais e documentada por António da Costa Peixoto na *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741), sugerindo que, de alguma maneira, naquele cenário hostil, povos africanos diaspóricos conseguiram manter um traço tão essencial de sua cultura. Dentre as diferentes condições ecológicas que garantiram tal vitalidade ao vernáculo Gbe, vimos que a razão principal foi o estabelecimento de redes sociais de comunicação em que o uso da LGM era primordial, sugerindo que a língua era um dos instrumentos de resistência daqueles povos subjugados, fosse no ambiente religioso das irmandades ou no ambiente “mundano” das vendas.

Não obstante a sobrevivência da LGM no período colonial, contemporaneamente, as línguas africanas parecem sobreviver no Brasil apenas nos cantos religiosos afro-brasileiros (CASTRO, 2002), levantando perguntas sobre quais fatores levaram à sua morte definitiva. Cremos que questões dessa natureza são desafios ainda colocados aos estudiosos da evolução linguística e, para superá-los, são cada vez mais necessários estudos interdisciplinares que iluminem esta e outras histórias dos africanos no Brasil.

## Referências

ABOH, Enoch Oladé. *The Emergence of Hybrid Grammars: Language Contact and Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015a.

ABOH, Enoch Oladé. Functional verbs in Gungbe: The case of inherent complement verbs. *Linguística: revista de estudos linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, 10, pp. 9-29, 2015b.

ABOH, Enoch Oladé. The morphosyntax of the noun phrase. In: ABOH, E.O.; ESSEGBEY, J. (eds.). *Topics in Kwa Syntax*. London: Springer, 2010, pp. 11-37.

ABOH, Enoch Oladé. A ‘mini’ relative clause analysis for reduplicated attributive adjectives. *Linguistics in the Netherlands*, 24, pp. 1-13, 2007.

- ABOH, Enoch Oladé; SMITH, Norval. Migrations, ethnodynamics and geolinguistics in the Eastern Aja-Tado cultural area. In: MUYSKEN, Pieter; SMITH, Norval (ed.). *Surviving the Middle Passage: The West Africa-Surinam Sprachbund*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015, pp. 43-66.
- ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. História da ocupação do Brasil. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo Vilson; RASO, Tommaso. (orgs. 2011). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 57-72.
- ARAÚJO, Fernando. *Fome do ouro e fama da obra*. Antonio da Costa Peixoto e a “Obra Nova de Lingoa Geral de Mina” – alianças, proximidades e distâncias de um escritor português no Brasil colonial do século XVIII, 2013.
- BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz.; PETTER, Margarida. (org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 15-62.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: irmandades negras e a política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *A Língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Secretaria de Estado da Cultura, 2002.
- CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. As Irmandades Religiosas de Africanos e Afrodescendentes. *PerCursos*, Florianópolis, v. 8, n. 1, pp. 3-17, 2007.
- FERNANDES, Gonçalo. Primeiras Descrições das Línguas Africanas em Língua Portuguesa. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 49, pp. 43-67, 2015.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. *Caderno de Pesquisa*, n. 54, pp. 50-61, 1985.
- LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750: the impact of the Atlantic slave trade on an African society*. Oxford: Clarendon, 2002.
- LIMA, Ivana Stolze. A Voz e a Cruz de Rita: africanas e comunicação na ordem escravista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 79, pp. 41-63, 2018.
- MILROY, Lesley. Social Networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie. (ed.). *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, pp. 549-72.
- MUFWENE, Salikoko. *The ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MUFWENE, Salikoko. *Language Evolution: contact, competition and change*. London: Continuum, 2008.
- NEGRÃO, Esmeralda; VIOTTI, Evani. Em busca de uma História Linguística. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, pp. 309-42, 2012.
- NEGRÃO, Esmeralda; VIOTTI, Evani. Abordando a emergência das peculiaridades do sujeito do português brasileiro a partir das margens da Ciência Linguística. *Cuadernos de La Alfal*, n. 12(2) noviembre, pp. 174-98, 2020.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Morfologia de Flexão no Português do Brasil: Ensaio sobre um discurso de perda. *Estudos da Língua(gem)*, v. 8, pp. 55-82, 2010.

PIRES, Homero. Prefácio. In: RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 8. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004 [1933], pp. 2-6.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 8. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004[1933].

ROSA, Maria Carlota. ROSA, M. C. O quimbundo em cinco testemunhos gramaticais. *Confluência*, n. 56, v. 1, pp. 55-113, 2019.

SANTOS DA SILVA, Wellington. A sintaxe da Língua Geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação. *Revista do GEL*, v. 18, n. 3, pp. 169-90, 2021.

SANTOS DA SILVA, Wellington. *A Língua Geral de Mina e o Ciclo do Ouro: um capítulo da história dos contatos no Brasil*. 2020. 310 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SILVA JÚNIOR, Carlos da. A Diáspora Mina-Gbe no Mundo Atlântico. In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana Barreto. *A Diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nau Editora, 2020, pp. 21-52.

SILVEIRA, Luis. *Obra Nova de Língua Geral de Mina*, de António da Costa Peixoto. Agência Geral das Colônias: Lisboa, 1945.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Diálogos Makii de Francisco Alves de Souza: manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina, 1786*. São Paulo: Editora Chão, 2019.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

TEIXEIRA DE SOUSA, LÍlian. Sobre as origens da distinção entre negação de proposição e negação de evento no português brasileiro. *Estudos de linguística galega*, Volume Especial I, pp. 123-38, 2018.

VIOTTI, Evani. Mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013, pp. 137-79.

YAI, O. B. Identifying Enslaved Africans in Fon and Yoruba Vocabularies in Brazil (18th-19th centuries). In: *Identifying enslaved Africans in the nigerian hinterland*. Toronto: Unesco Conference, 1997, pp. 543-53.